

REFLEXÕES ACERCA DA POSTURA ÉTICO-POLÍTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA FRENTE À (DES)PATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS

Vitor Silva de Amorim
Graduando em Psicologia - FE/UFG
amorim_vs@outlook.com

*Simpósio Temático nº 07 - As questões entre raça e gênero no contexto de formação
curricular brasileira*

Resumo

Ao longo da minha trajetória na graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, desenvolvi um incômodo pessoal frente à ausência de discussões acerca de identidade de gênero e das demandas da comunidade trans no Brasil, especialmente aquelas feitas a partir de referenciais transcêntricos. A partir desse incômodo, provoquei, no meu trabalho de conclusão de curso, um encontro entre os saberes produzidos pela psicologia social crítica (PSC) brasileira e pela comunidade trans acerca da categoria “identidade”, do qual emergiram uma série de reflexões. O presente trabalho é uma tentativa de sistematizá-las e aprofundar em alguns de seus aspectos, enfatizando (1) as omissões do referido campo teórico; (2) as contribuições que ele pode tanto oferecer às lutas da comunidade trans, quanto receber a partir dos saberes e práticas por elas engendrados; e (3) a urgência de que referenciais trans protagonizem cada vez mais tanto trabalhos desenvolvidos pelas PSC, quanto os currículos dos cursos de formação de psicólogos.

Palavras-chave: psicologia social crítica; identidade; identidades trans; patologização.

Abstract

Throughout my trajectory graduating in Psychology at the Faculty of Education of the Federal University of Goiás, I've come to develop a personal feeling of unease towards the lack of debates about gender identity and the demands of the trans community in Brazil, especially those conducted as of transcentered references. From such feeling of unease, I've provoked, in my conclusion of course monography, an encounter between the knowledge that brazilian critical social psychology (CSP) produces and the knowledge that the trans community produces about the “identity” category, wherof a series of reflections have emerged. The present paper is an attempt to systematize and deepen on some aspects of said reflections, emphasizing (1) the omissions that the CSP have committed; (2) the contributions that the CSP can offer to the trans activism, as well as the ones that it can receive from the knowledges and practices that said activism begets; and (3) the urgency that productions in CSP, as well as the academic curriculum for psychology courses, come to star more and more trans references.

Keywords: critical social psychology; identity; trans identities; pathologization.



Introdução

Acredito que, a partir do momento que incubo da tarefa de escrever sobre identidade, o mais sensato a se fazer, logo de início, seja me apresentar - ou melhor, colocar minha própria identidade pra jogo, uma vez que ela é também uma das bases daquilo que produzo. Pois bem, esta bicha quase psicóloga que vos escreve veio dos cafundós do interior de Goiás para a cidade grande com muita sede, naquela época do deslumbre causado pela popularização do acesso à internet nas primeiras décadas deste século, de estudar e entender as “questões LGBT¹” - sexualidade, identidade, gênero etc -, tão densamente discutidas nas redes sociais ao longo dos anos 2010, numa perspectiva científica. E acreditava fielmente, por exatamente qual razão nem eu mesma sei, que a psicologia seria o campo do saber que traria conforto às minhas indagações.

Entretanto, durante a maior parte do currículo do curso de formação de psicólogues da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, apenas o silêncio falou sobre as referidas questões. Discussões sobre relações de gênero (não restritas às diferenças entre mulheres e homens cisgêneros²), identidade de gênero e sexualidade (no sentido não estritamente psicanalítico do termo) foram praticamente ausentes dos espaços de formação formais do curso. Igualmente, produções de pessoas trans - ou, na realidade, de pessoas LGBTQIA+³ em geral - não compuseram as bibliografias básicas, ou mesmo as complementares, da maioria das disciplinas.

Tais lacunas no currículo formal do curso me implicaram um desencanto tremendo. Felizmente, em compensação, tive o privilégio de, ao longo de praticamente toda minha trajetória de graduação, me envolver com movimentos sociais autônomos - especialmente aqueles organizados por atories da comunidade LGBTQIA+ - bem como em projetos de extensão e cultura e de iniciação científica, que me permitiram ter contato com aquelas pessoas e ideias que o currículo não acessava. Além, e principalmente, das diversas trocas com pessoas da minha comunidade, que me permitiram não só ter uma ampla visão de nossas demandas e potencialidades, como me muniram de saberes que me permitiram questionar tanto minha própria identidade

quanto a hegemonia dos saberes pretensamente universais que o projeto pedagógico do curso veicula.

Foi através dessas caminhadas que me envolvi profundamente com a comunidade trans de Goiânia e, na academia, com a psicologia social crítica (PSC), especialmente suas vertentes latinoamericanas, campo densamente povoado por saberes advindos das mobilizações sociais. E, nesse ínterim, cheguei à elaboração do meu trabalho de conclusão de curso (TCC), intitulado “Transtornando as teses sobre identidade: um encontro entre os saberes produzidos pela psicologia social crítica e pela comunidade trans”. Motivado por aquele incômodo e por aquele desencanto, e também pela inquietação de expandir os horizontes da PSC pela interlocução de seus saberes com os saberes populares desenvolvidos na minha comunidade, propus um encontro entre estes dois pólos, com o objetivo geral de “analisar possíveis interlocuções e distanciamentos entre os saberes científicos produzidos pela psicologia social crítica brasileira e aqueles produzidos por pessoas trans que ocupam o meio acadêmico acerca da [categoria] identidade” (AMORIM, 2021).

Através da leitura dos referenciais clássicos da psicologia social crítica brasileira a respeito desse tema, condensados principalmente nas obras de Antonio Ciampa e seus colaboradores e da leitura de produções acadêmicas de pessoas trans publicadas na revista *Periódicus* (de onde parti para, inclusive, buscar naqueles textos outras referências trans que eventualmente fossem neles citadas), me deparei com um descompasso: nem a PSC recorre a autorias trans para discutir identidade, ou mesmo ao conceito de identidade desenvolvido pela própria PSC para pensar as identidades trans; e tampouco as referências transcritas que consultei recorrem à PSC para pensar as identidades trans.

A partir dessa constatação (e considerando, principalmente, todo o trajeto que percorri até chegar nela), várias reflexões e questionamentos emergem. O foco do presente trabalho é, justamente, em sistematizar e aprofundar em alguns aspectos deles. A seguir, irei explaná-los enfatizando três pontos: (1) as omissões do referido campo teórico; (2) as contribuições que ele pode tanto oferecer às lutas da comunidade trans, quanto receber a partir dos saberes e práticas por elas engendrados; e (3) a urgência de

que referenciais trans protagonizem cada vez mais tanto trabalhos desenvolvidos pelas PSC, quanto os currículos dos cursos de formação de psicólogos.

Primeiro ponto de reflexão: as omissões da psicologia social crítica

O primeiro ponto de reflexão que proponho refere-se, como dito, às omissões da PSC em relação às discussões transculturadas⁴ sobre identidade no geral e, em específico, identidades trans. Os textos de PSC que acessei sobre identidade - tanto a obra central e clássica de Antonio Ciampa, “A estória do Severino e a história de Severina”, de 1987, quanto artigos posteriores de outros colaboradores (LIMA, 2012; CIAMPA, PESCATORE & ALMEIDA, 2017; MIRANDA, 2017; DANTAS, 2017; ALVES, 2017) não tangenciam, em nenhum momento, as identidades trans ou discussões sobre a categoria identidade de modo geral tecidas por autores trans. Igualmente, uma breve pesquisa no *Google Acadêmico* com os descritores “identidade”, “Ciampa” e “identidades trans” revela uma escassez de produções articulando esses eixos de discussão, o que implica que ela é incipiente e embrionária.

A omissão dessa articulação no bojo da psicologia social crítica brasileira me leva a questionar o porquê de sua ocorrência, posto que ela contradiz os próprios princípios da PSC enquanto campo teórico e prático. Inicialmente, ao longo do século XX, a psicologia social era fortemente marcada pela hegemonia das perspectivas positivistas norte-americanas, atualmente concebidas como “psicologia social psicológica” por focarem principalmente no comportamento individual frente à presença real ou imaginada do outro, seja em contextos cotidianos, seja em contextos de microgrupos experimentais (ÁLVARO & GARRIDO, 2003; FERREIRA, 2010). Com a efervescência de movimentos sociais a partir da década de 1960, a falta de perspectivas histórico-críticas nas produções de psicologia social começa a ser questionada por vários pensadores dessa área, em especial nos países latinoamericanos, que vinham sendo acometidos por uma série de golpes militares, guerras e violência social (LIMA, 2012; BERNARDES, 2013; FONSECA, 2013).

Esse movimento contestatório, conhecido como “crise da psicologia social” ou “crise de referência”, implicou no desenvolvimento de novas abordagens críticas à hegemonia positivista em psicologia social e ativamente contrárias à opressão, à

exploração e à violência a que as populações vulnerabilizadas no contexto sócio-histórico latinoamericano vinham sendo submetidas (ibidem; ibidem). No Brasil, a maior referência que temos, nesse sentido, é o grupo fundado por Silvia Lane nos anos 1970, do qual Antonio Ciampa fez parte.

A proposta de Silvia Lane (LANE & CODO, 1989) para a PSC brasileira, inspirada pela onda de movimentos sociais que emergiam no nosso país naquele momento, opõe-se à ideologia - no sentido das visões e dos valores que distorcem a apreensão da realidade social - nas ciências humanas, que até então vinham buscando compreender o fenômeno humano sem questionar a sua produção social e histórica. A pensadora propõe, então, partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética, bebendo também de outros referenciais críticos, para resgatar a posição do humano enquanto produto e produtor de sua história (pessoal e coletiva), exigindo do psicólogo social crítico uma postura interdisciplinar e ativa de pesquisa-ação, colocando-o como agente de transformação social e política (ibidem; LIMA, CIAMPA & ALMEIDA, 2009). Em síntese, as teorias em PSC que compartilham dessa proposta

devem, inclusive por questões de coerência metodológica, posicionarem-se ativamente contra os processos de exploração da atividade humana e seus diversos efeitos no cotidiano e no psiquismo das pessoas, reconhecendo que o fazer científico pode ser ideológico ao produzir um conhecimento distorcido da realidade concreta e de suas bases históricas que, influenciado pelos interesses da classe dominante de manutenção da sociedade capitalista, caracteriza-se como antipopular, alheio às demandas reais das pessoas reais que são exploradas pelo sistema social. Assim, a produção de conhecimento pelos referenciais da PSC não deve ser meramente contemplativa, mas engajada, através de uma compreensão interdisciplinar do fenômeno humano, com a transformação social, efetivando-se a partir da práxis cotidiana e da desideologização do saber científico. Nesse sentido, o quefazer do psicólogo social crítico assume um posicionamento ético-político favorável à vida das maiorias vulnerabilizadas pelo capitalismo que é fundamentalmente incompatível com a neutralidade científica proposta pelo positivismo (AMORIM, 2021, p. 37).

Portanto, as produções em PSC têm, necessariamente, o dever ético de estarem alinhadas às pautas e mobilizações dos diversos movimentos sociais protagonizados por pessoas vulnerabilizadas, a fim de corroborarem com as lutas e com a qualidade de vida destas. Nesse ínterim, retomo o questionamento: por quê as produções em PSC não têm acompanhado as movimentações da comunidade trans, especialmente considerando os

alarmantes índices de vulnerabilização e de violência sistemática a que são submetidas essas pessoas no Brasil (HUTTA & BALZER, 2013; BONASSI, AMARAL, TONELI & QUEIROZ, 2015; MG2, 2018; CANOFRE & PEREIRA, 2018), país que há anos lidera os *rankings* mundiais de registros anuais de assassinatos de pessoas trans (TGEU, 2015)? Além disso, a legitimação institucional e cultural de suas identidades é uma das principais pautas do movimento trans, o que implica numa ativa produção de saberes a respeito dessa categoria. Por quê tais saberes não têm sido acessados e/ou potencializados pela PSC?

Ademais, por quê pessoas trans não têm acessado as produções da PSC para fundamentar suas discussões sobre identidade? O que há, ou o que falta, nessas produções e na postura desses pesquisadores e profissionais que provoca tamanho e dissonante distanciamento? O que a PSC e o que os psicólogos sociais críticos que a compõem têm feito e o que podem fazer para se aproximar da comunidade e dos movimentos trans?

Acredito que todos esses questionamentos constituem um ponto fundamental de autocrítica que é urgente que a PSC, enquanto campo teórico-prático, exerça. Tanto para que ela mantenha sua coerência ético-política e metodológica frente à transformação social, quanto para que ela expanda seus próprios horizontes. Afinal, como debateremos a seguir, a PSC não só têm muito a oferecer às lutas da comunidade trans, assim como tem muito a aprender com elas também.

Segundo ponto de reflexão: as potenciais trocas e mútuas contribuições

Considerando-se os pressupostos da PSC acima descritos, pressupõe-se, também, que esse campo reconhece, pelo menos em tese, a potencialidade dos saberes populares e dos conhecimentos produzidos pelos diversos movimentos sociais, posto que o fazer científico-acadêmico, distanciado da realidade social e atravessado por teorias e interesses hegemônicos e muitas vezes antipopulares pode produzir uma forma distorcida e ideologizada de conhecimento acerca da realidade concreta. Nesse ínterim, ao acessar e serem acessadas por pessoas trans, as produções em PSC englobariam a potencialidade de somar aos conhecimentos produzidos por elas, corroborando para aprofundá-los e aprofundando, mutuamente, também seus próprios saberes.

Ignácio Martín-Baró (1983/2017; 1985/2017; 1987/2017), psicólogo social radicado em El Salvador e que produziu concomitantemente uma abordagem crítica com preceitos bem próximos aos propostos por Silvia Lane e colaboradores, delega à psicologia social (que aqui estamos chamando de crítica) a tarefa de desideologizar - desmascarar as formas antipopulares de saberes hegemônicos que de certa forma justificam e reiteram o sistema opressor e exploratório no qual vivemos (ibidem; ibidem; ibidem) - o conhecimento científico que muitas vezes é acriticamente importado e/ou reproduzido a partir de teorias desenvolvidas no contexto do norte geopolítico. Com base nisso, não se torna difícil visualizar a potencialidade que a PSC apresenta no sentido da desideologização dos preceitos da cisgeneridade - enquanto estrutura social reguladora dos corpos e das relações sociais, como propõem Viviane Vergueiro (2015) e Beatriz Bagagli (2016) - nas produções científicas em psicologia de modo geral. O que potencializaria, por sua vez, tanto a própria PSC e psicologia como um todo, quanto as diversas demandas da comunidade e dos movimentos trans que são diretamente atravessadas pela postura dos profissionais de saúde mental.

Além disso, o próprio conceito de identidade produzido pela PSC pode ser bastante expandido e potencializado ao se incrementar nas suas bases a realidade e os saberes de toda uma população cujas identidades são, como já mencionado, pautas centrais de luta e resistência há bastante tempo. O conceito de Antonio Ciampa (1987) é focado, principalmente, na não fixidez da identidade, que é, na perspectiva do autor, movimento e metamorfose constantes, ainda que determinada pessoa *pareça* nunca mudar. Considerando-se que pessoas trans se apropriam ativamente desse movimento de metamorfose de suas próprias identidades para constituírem-se enquanto sujeitas num mundo que sistematicamente reitera a “impossibilidade” de que corpos abjetos existam e vivam (BUTLER, 2000; 2015; ARARUNA, CARNEIRO & MARTINELLI, 2016; ARARUNA, 2017), torna-se até mesmo difícil traduzir em algumas poucas palavras, aqui, a profundidade da expansão (e, quiçá, da desideologização) do conceito de identidade para a PSC que a perspectiva de um sujeito trans de conhecimento pode oferecer.

Essas trocas também têm o potencial de gerar benefícios para a comunidade trans no Brasil. A PSC é um campo que produz reflexões e alternativas práticas para o

fazer psicológico em todas as suas instâncias de atuação: na clínica individual, nos equipamentos de saúde, nas escolas, hospitais, empresas, instituições etc. Portanto, em termos de currículos de cursos de formação de psicólogos, cabe à PSC, ainda que não exclusivamente, a inserção de debates críticos e engajados acerca da realidade social, histórica, institucional e cultural e dos atravessamentos dos processos de exploração e opressão que a demarcam. Sendo assim, quanto menos distante estiver a PSC dos movimentos trans, mais esse campo conseguirá formar futuros profissionais minimamente capacitados para exercer uma atuação ética frente às demandas das pessoas trans que comparecerão nos seus espaços de atendimento.

Como veremos no item a seguir, diversas produções de autoria trans têm colocado inúmeras críticas às práticas e posturas antiéticas dos profissionais de saúde mental frente às realidades, demandas e corpos dessa comunidade. Sendo assim, uma proposta crítica de psicologia que esteja alinhada com as movimentações sociais da comunidade trans poderia corroborar para que a psicologia assuma a responsabilidade dessas críticas e transforme os contextos de atuação profissional que têm tornado necessário que elas sejam colocadas. Vejamos, então, quais são os pontos fundamentais dessas críticas e porque o protagonismo de referências trans nos currículos dos cursos de formação de psicólogos é fundamental para saná-los.

Terceiro ponto de reflexão: a urgência de que a psicologia transicione

Muito se discute, dentro da psicologia como um todo, acerca da medicalização e patologização da vida. Medicalizar significa transformar questões vivenciais cotidianas e problemas sociais em problemas de ordem médica, ao passo que seu efeito, a patologização, seria compreender esses fenômenos enquanto doenças que demandam tratamento médico ou medicamentoso (CFP, 2013).

Historicamente, no Brasil e no mundo, a comunidade trans é vítima de um sistemático, violento e ferrenho processo de patologização. Até maio deste ano, 2021, com a publicação oficial da décima-primeira versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) - que, na verdade, só entrará em vigor a partir de janeiro de 2022 (WHO, 2021) -, as identidades trans ainda eram consideradas como transtornos mentais.

Certamente, com as alterações da CID-11, instituiu-se um panorama outro nas relações entre as ciências e profissões da saúde e a comunidade trans. Entretanto, como pontuam diversas referências, a patologização das identidades trans não é apenas um fenômeno burocrático para ser resolvido com a alteração dos documentos oficiais de referência em saúde; é, antes, um fenômeno cultural, social e histórico calcado na colonialidade das relações sociais na sociedade contemporânea e que, portanto, produz diversos efeitos para além das relações estabelecidas com os profissionais e órgãos de atenção à saúde, impactando diretamente na forma como a cultura e as instituições de modo geral lidam com pessoas trans e afetando o seu cotidiano (JESUS, 2012; VERGUEIRO, 2015; ARARUNA, [2016?]; BAGAGLI, 2016; DUMARESQ, 2016; TENÓRIO & PRADO, 2017; FAVERO, 2019).

Por mais importante que a alteração de documentos como a CID-11 seja fundamentalmente importante enquanto um passo na longa trajetória das lutas pela despatologização das identidades trans, ela não é suficiente como um fim. Ela é um meio para provocar transformações ainda mais profundas no tecido social. E, ainda nessas condições, a mudança atualmente feita apresenta uma série de problemas, como aponta Sofia Favero (2019). A psicóloga afirma que a patologização das identidades trans tem como uma de suas bases a naturalização da cisgeneridade enquanto critério normativo para definir o que seria um gênero eufórico, enquanto que a transgeneridade, como contraponto, é entendida enquanto um gênero disfórico - o que se repete na atual categorização da CID-11 (ibidem), que realoca as identidades trans para a categoria “incongruência de gênero”, presente na seção de condições relacionados à saúde sexual.

Portanto, que transformações práticas podemos esperar dessa alteração? A postura dos profissionais de saúde mental, incluindo-se aí os profissionais de psicologia, irá mudar? Beatriz Bagagli (2016) e Leila Dumaresq (2016) discutem como, a partir desse processo histórico de patologização, os profissionais psi muitas vezes assumem posturas antiéticas na relação terapêutica com pessoas trans, exercendo o papel de fiscais de gênero e de tuteladores dos corpos de pessoas trans, eximindo a autonomia dessas pessoas sobre quem são e quem desejam ser. Além disso, ambas denunciam como esses profissionais, na maioria das vezes cisgêneros, não reconhecem sua própria identidade de gênero e os impactos dela sobre o vínculo terapêutico (ibidem; ibidem).

Como a psicologia e seus profissionais pretendem lidar com essas críticas? Em realidade, quanta autocrítica tem sido feita por parte desses mesmos profissionais sobre seu próprio papel no processo de patologização das identidades trans, posto que a psicologia é também uma das grandes áreas do saber responsáveis pela institucionalização das transgeneridades enquanto transtorno (TENÓRIO & PRADO, 2017)?

Acredito que exercitar essas reflexões e buscar respostas práticas e concretas seja dever ético da PSC - da mesma maneira que acredito que tal tarefa não seja de sua competência exclusiva, devendo-se estender para todos os campos da psicologia. Porém, considerando os pressupostos ético-políticos desse referencial teórico em específico, como disposto acima, a psicologia social crítica brasileira deve colocar-se a serviço e a favor das maiorias trans vulnerabilizadas em nosso país. E esse dever precisa ser cumprido não apenas por uma perspectiva ética, mas também metodológica, para que a PSC possa evoluir de acordo com seus próprios pressupostos teórico-políticos.

Além disso, a comunidade e os movimentos trans vêm produzindo saberes e estratégias coletivas de resistência à patologização de suas identidades na prática já há algum tempo. Logo, a psicologia como um todo tem muito a aprender exercendo uma escuta devida da sabedoria trans para potencializar suas próprias críticas e mobilizações contra a medicalização e a patologização da vida em geral. E isso só se tornará possível à medida que mais e mais referenciais trans protagonizem os currículos dos cursos e demais espaços de formação de psicólogos. Em outras palavras, à medida que a psicologia reconhecer pessoas trans como sujeitos de conhecimento, que têm muito a dizer e a ensinar. Quiçá assim a psicologia possa transicionar, tornando-se aliada na atenção às demandas da comunidade trans no Brasil e desideologizando-se das bases cisgêneras de muitas de suas teorias e práticas.

Considerações finais

Ao longo deste texto, explorei como minha trajetória de movimentos sociais e questionamentos me produziram uma afinidade pessoal com a psicologia social crítica por seus pressupostos ético-políticos e teórico-metodológicos, bem como um incômodo com a ausência de discussões e referências transcêntricas sobre identidade, identidade

de gênero e identidades trans no currículo do curso de formação. Essa afinidade e esse incômodo se sintetizaram na execução do meu TCC, que provocou um incômodo ainda mais profundo ao me possibilitar visualizar que tal ausência não configura-se apenas no currículo do meu curso, mas no escopo das produções daquele campo da psicologia com o qual eu tive maior afinidade durante a graduação. Portanto, antes de mais nada, reitero que as críticas aqui feitas à postura ético-política da PSC frente às demandas da comunidade e dos movimentos trans como um todo são, também, autocríticas, e que as coloco justamente para cobrar desse campo que ele exerça toda a potência a que ele se propõe. E, nesse sentido, reconheço também que o desafio que já era grande e urgente faz-se ainda maior no atual contexto político brasileiro, que nos força a assistir o desmonte sistemático das políticas de educação e de fomento à pesquisa, dificultando que as lacunas aqui abertas sejam devidamente preenchidas em tempo hábil.

Posto isso, retomemos as reflexões que foram colocadas até aqui à guisa de dar alguma forma de conclusão ao presente trabalho. Como exposto acima, as omissões da PSC frente às demandas e mobilizações sociais da comunidade trans contradizem os próprios pressupostos que fundamentam a construção desse campo, o que o tolhe tanto quanto tolhe a referida comunidade de uma série de trocas que resultariam na potencialização mútua de ambos. Além disso, estamos todos presenciando um marco histórico nas lutas contra a patologização das identidades trans expresso pela mudança da CID-11, que não mais categoriza tais identidades como transtornos mentais - apesar da nova aceção apresentar ainda alguns pontos problemáticos -, o que nos demanda uma série de outras reflexões e propostas práticas para lidar com esse novo panorama. Marco histórico este que, se a PSC ainda não atentamente acompanha, deveria, em nome de sua coerência teórico-política e metodológica, acompanhar.

A patologização das identidades trans e as lutas pela sua despatologização têm mobilizado essa comunidade a produzir diversos saberes, em várias áreas do conhecimento, bem como diversas estratégias de resistência. E a postura ético-política da PSC deve ser de potencializar essas movimentações - potencializando-se também a partir delas, no movimento dialético que é a construção do conhecimento que transforma a realidade. Assim, poderão ambos os pólos unirem forças em prol da transformação social rumo a mundo em que todos possam viver com dignidade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. A. M. Identidade e emancipação. In: **Psicologia & Sociedade**, vol. 29, p. 1-7. 2017. Disponível em: Acesso em: <<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100403&>> 30 mar. 2021.

ÁLVARO, J. L. & GARRIDO, A. A consolidação da psicologia social como disciplina independente. In: _____, **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**, p. 40-92. Porto Alegre: Artmed Editora. 2003.

ALVES, C. P. Políticas de identidade e políticas de educação: estudo sobre identidade. In: **Psicologia & Sociedade**, vol. 29, p. 1-9. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100414&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 30 mar. 2021.

AMORIM, V. **Transtornando as teses sobre identidade**: um encontro entre os saberes produzidos pela psicologia social crítica e pela comunidade trans. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Graduação em Psicologia, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 108f. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/19938>> Acesso em: 20 nov. 2021.

ARARUNA, M. L. F. B. **Quem escreve a história trans?** Da patologização à despatologização. [2016?]. Disponível em: <https://www.academia.edu/35026747/QUEM_ESCREVE_A_HIST%C3%A9RIA_TRANS> Acesso em: 15 abr. 2021.

_____. O Direito à Cidade em uma Perspectiva Travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. In: **Revista Periódicus**, vol. 1, n. 8, p. 133-153. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>> Acesso em: 07 abr. 2021.

ARARUNA, M. L. F. B.; CARNEIRO, T. S. Q. & MARTINELLI, F. **Autodeterminação trans no Brasil**: embates e negociações com tecnologias de gênero colonizadoras. 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/35016123/AUTODETERMINA%C3%A7%C3%83O_TRANS_NO_BRASIL_EMBATES_E_NEGOCIA%C3%A7%C3%B5ES_COM_TECNOLOGIAS_DE_G%C3%A9NERO_COLONIZADORAS> Acesso em: 15 abr. 2021.

BAGAGLI, B. P. A diferença trans no gênero para além da patologização. In: **Revista Periódicus**, vol. 1, n. 5, p. 87-100. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17178>> Acesso em: 21 abr. 2021.

BERNARDES, J. S. História. In: JACQUES, M. G. C. et al. **Psicologia social contemporânea**, ed. digital, p. 19-33. Rio de Janeiro: Vozes. 2013.

BONASSI, B. C.; AMARAL, M. S.; TONELI, M. J. F. & QUEIROZ, M. A. Vulnerabilidades mapeadas, violências localizadas: experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. In: **Quaderns de Psicologia**, vol. 17, n. 3, p. 83-98. 2015. Disponível em: <<https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al>> Acesso em: 03 set. 2020.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**, 2ª ed., p. 151-172. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015.

CANOFRE, F. & PEREIRA, C. ‘Sobrevivi’, diz vítima de operação da polícia de caça a travestis há 31 anos. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jan. 2018. Folhapress. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1951067-sobrevivi-diz-vitima-de-operacao-da-policia-de-caca-a-travestis-ha-31-anos.shtml>> Acesso em: 26 abr. 2021.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense. 1987

CIAMPA, A. C., PESCATORE, C. & ALMEIDA, J. A. O sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. In: **Psicologia & Sociedade**, vol. 29, p. 1-2. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3093/309350113056.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2021.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Subsídios para a campanha “Não à medicalização da vida”**: medicalização da educação. 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno_AF.pdf> Acesso em: 20 nov. 2021.

DANTAS, S. S. Identidade política e projetos de vida: uma contribuição à teoria de Ciampa. In: **Psicologia & Sociedade**, vol. 29, p. 1-9. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100412&script=sci_arttext> Acesso em: 30 mar. 2021.

DUMARESQ, L. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). In: **Revista Periódicus**, vol. 1, n. 5, p. 121-131. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revista>> Acesso em: 06 abr. 2021.

FAVERO, S. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. In: **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, vol. 13, n. 20, p. 169-197. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/18675>> Acesso em: 30 abr. 2021

FONSECA, T. M. G. Epistemologia. In: JACQUES, M. G. C. et al. **Psicologia social contemporânea**, ed. digital, p. 34-44. Rio de Janeiro: Vozes. 2013.

HUTTA, J. S. & BALZER, C. Identidades e cidadania em construção: historização do “T” nas políticas de antiviolência LGTB no Brasil. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. & CHIMIN JR., A. B. (orgs.): **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**, p. 278-302. Ponta Grossa: Todapalavra Editora. 2013.

JESUS, J. G. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: **Anais do VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da**

ABEH, p. 1-15. 2012. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/profile/Jaqueline-Jesus/publi>> Acesso em: 05 abr. 2021.

LANE, S. T. M. & CODO, W (orgs.) **Psicologia social: o homem em movimento**, 8^a ed., p. 10-19. São Paulo: Brasiliense. 1989.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C. & ALMEIDA, J. A. M. Psicologia social como psicologia política?: A proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. In: **Revista Psicologia Política**, vol. 9, n. 18, p. 223-236. 2009. Disponível em: Acesso em: 30 mar. 2021.

LIMA, A. F. A identidade como “problema” de pesquisa. In: **Estudos Contemporâneos de Subjetividade**, vol. 2, n. 2, p. 215-229. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/987>>> Acesso em: 01 mar. 2021.

MARTÍN-BARÓ, I. Entre o indivíduo e a sociedade. In: LACERDA JÚNIOR, F. (org.) **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**, p. 101-161. Petrópolis: Vozes. 1983/2017.

_____. A desideologização como contribuição da psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In: LACERDA JÚNIOR, F. (org.) **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**, p. 55-65. Petrópolis: Vozes. 1985/2017.

_____. O desafio popular à Psicologia Social na América Latina. In: LACERDA JÚNIOR, F. (org.) **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**, p. 66-88. Petrópolis: Vozes. 1987/2017.

MG2. Cerca de 90% das travestis e transexuais do país sobrevivem da prostituição. In: **G1**, Belo Horizonte, 18 mai. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/cerca-de-90-das-travestis-e-transexuais-do-pais-sobrevivem-da-prostituicao.ghtml>> Acesso em: 28 abr. 2021.

MIRANDA, S. F. Identidade sob a perspectiva da psicologia social crítica: revisitando os caminhos da edificação de uma teoria. In: **Revista de Psicologia**, vol. 5, n. 2, p. 124-137. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/17879>> Acesso em: 30 mar. 2021.

SANT’ANNA, Y. Cisgeneridade e identidade. In: **Blog Transfeminismo**. 24 ago. 2017. Disponível em: <<https://transfeminismo.com/cisgeneridade-e-identidade/>> Acesso em: 16 mai. 2021.

TENÓRIO, L. & PRADO, M. A. M. Patologização das identidades trans* e a violência na atenção à saúde: das normativas às práticas psicológicas. In: UZIEL, A. P. & GUILHON, F. (orgs.) **Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsito**, p 199-218. Rio de Janeiro: Eduerj. 2017.

TGEU. *Trans Murder Monitoring 2015*. *Transgender Europe*. 2015. Disponível em: <<https://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>> Acesso em: 19 set. 2020.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade), Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 244f. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>> Acesso em: 20 nov. 2021.

WHO. *World Health Organization*. **International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD)**. 2021. Disponível em: Acesso em: <<https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases>> 21 nov. 2021

Notas

1. Lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans.
2. A pessoa cisgênera é aquela que, além de se identificar com o gênero que lhe fora designado ao nascer, tem sua identidade de gênero respeitada pela sociedade, pelo Estado e pela cultura (SANT'ANNA, 2017).
3. Lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, *queer*, intersexuais, assexuais e demais possibilidades de dissidência de gênero e sexualidade.
4. Produções transcêntricas são aquelas de autoria de pessoas trans e que versam de alguma forma sobre as perspectivas da comunidade e/ou do movimento trans.